

Deputado indicava entidades e escolas

Arnildo Schulz — 22/10/93

A subcomissão da CPI do Orçamento que investiga a manipulação das chamadas subvenções sociais já conseguiu reunir documentos que mostram que o deputado João Alves exercia o comando do esquema que desviou, ao longo dos últimos quatro anos, pelo menos US\$ 150 milhões. Embora uma boa parte dos papéis recebidos dos diversos ministérios ainda esteja sendo examinada, foi possível detectar que, desde 1989, Alves era o responsável dentro da Comissão de Orçamento pela indicação das entidades e escolas que seriam beneficiadas com as subvenções sociais.

Estão também em poder da subcomissão ofícios do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), de 1992, ao então ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, solicitando verbas milionárias para estabelecimentos de ensino de sua propriedade. Em vários desses documentos, que foram achados na casa do ex-funcionário do Congresso José Carlos Alves dos Santos há anotações manuscritas, indicando as quantias a serem pagas. Só depois de um exame grafotécnico será possível dizer com certeza se a letra é do ex-ministro ou de José Carlos.

Dois ofícios — A prova de que Alves está no comando do es-



João Alves era o 'chefão' de 1989

quema de corrupção nas subvenções sociais desde 1989 foi obtida em um ofício datado de 16 de maio daquele ano do então presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ao então ministro do Interior, João Alves (homônimo do deputado).

Diz o primeiro documento: “Designo o deputado João Alves,

membro titular da Comissão Mista de Orçamento, para coordenar e encaminhar, junto aos respectivos ministérios, os assuntos relativos a subvenções sociais desta Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional”.

Um mês depois, no dia 20 de junho, João Alves enviou ofício a seu xará, o ministro, com um anexo de 16 folhas rubricadas, informando o nome das entidades beneficiadas, bem como os valores a serem repassados, o número das contas bancárias e das agências pagadoras do Banco do Brasil. A decisão do ministro foi instantânea. Despachou no mesmo dia o processo, de nº 4056/89, mandando pagar os recursos a todas as entidades listadas pelo deputado João Alves.

A subcomissão já conseguiu também cópia das listas enviadas por Alves para os ministérios da Ação Social e da Educação em 1991, especificando os valores e os destinos das subvenções sociais a serem liberadas. Em relação a 1992, foram encontrados documentos valiosos na casa de José Carlos Alves dos Santos: dezenas de cartas ao ex-ministro Ricardo Fiúza, assinadas por deputados e diretores de faculdades, pedindo a liberação de subvenções sociais.